



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681173 - MG (2021/0225085-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JONATHAN WILSON DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATHAN WILSON DE ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravado em Execução n. 1.0145.11.007320-5/001).

O paciente teve falta grave reconhecida e regredido o regime para o semiaberto em razão da prática de conduta descrita no art. 19 da Lei n. 3688/1941.

Interposto agravo em execução penal perante o Tribunal de origem, o colegiado, por maioria, deu parcial provimento ao recurso defensivo, apenas para suspender a exigibilidade das custas processuais. Apresentados embargos infringentes, foram desprovidos.

A impetrante sustenta que as faltas graves são disciplinadas no rol taxativo dos arts. 50 e 52 da Lei de Execução Penal (LEP).

Entende que, em se tratando, no caso, de contravenção penal, e não de crime doloso, inviável tornar-se-ia o enquadramento do fato praticado pelo apenado como falta grave, sob pena de violação ao princípio da legalidade.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja modificada o acórdão combatido, absolvendo o paciente da falta grave imputada e, por consequência, determinando-se a retificação do atestado de penas

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente